



A noção de Cultura pelas perspectivas de Denys Cuche e Marshall Sahlins

The notion of Culture from the perspectives of Denys Cuche and Marshall Sahlins

Nikolas Corrent

Professor da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR) e da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Doutorando em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).
E-mail: nik_corrent@hotmail.com

A palavra cultura e sua aplicação no contexto social têm sido discutidas por inúmeras concepções desde o século XVIII. A noção de cultura tem potencial para auxiliar na compreensão da diversidade humana e suas dimensões objetivas e simbólicas, colaborando para os estudos das Ciências Sociais. Diante disso, o objetivo do artigo é discutir as concepções de cultura em Denys Cuche e Marshall Sahlins, refletindo a necessária reconstituição dessa noção para pensar na diversidade humana. Foi utilizado o procedimento metodológico de revisão bibliográfica com abordagem qualitativa, em que se teve, como aporte teórico, os autores Denys Cuche (1975/1999) e Marshall Sahlins (1997a/1997b). Com a pesquisa foi possível compreender que todos os povos possuem cultura, pois é pela cultura que o ser humano se adapta ao meio e o meio se adapta ao ser humano que constrói sua identidade pelos símbolos criados.

Palavras-chaves: Cultura. Antropologia. Denys Cuche. Marshall Sahlins.

Abstract

The word culture and its application in the social context have been discussed by numerous conceptions since the 18th century. The notion of culture has the potential to assist in the understanding of human diversity and its objective and symbolic dimensions, contributing to the studies of Social Sciences. Therefore, the objective of the article is to discuss the conceptions of culture in Denys Cuche and Marshall Sahlins, reflecting the necessary reconstitution of this notion to think about

Resumo

of literature review with a qualitative approach was used, in which the authors Denys Cuche (1975/1999) and Marshall Sahlins (1997a/1997b) were used as theoretical support. With the research it was possible to understand that all peoples have culture, because it is through culture that the human being adapts to the environment and the environment adapts to the human being who builds his identity through the created symbols.

human diversity. The methodological procedure

Keywords: Culture. Anthropology. Denys Cuche. Marshall Sahlins.

Introdução

O conceito de cultura tem suscitado debates que aproximam os campos da antropologia e da história. Exemplos dessa aproximação foram os movimentos da Escola de Annales, História das Mentalidades e História Cultural. Entre as temáticas abordadas nesta grande área podemos citar o reconhecimento e valorização da diversidade cultural, o respeito à alteridade assim como a responsabilidade dos historiadores que lidam com contextos e com temporalidades distintas daqueles nos quais estudam e vivem.

A este respeito, podemos questionar a validade da escrita e da produção científica da área da história, assim como repensar o lugar de autoridade do historiador enquanto produtor de conhecimento científico.

Possibilitando compreender as diferenças e diversidades impressas na humanidade, para além das questões biológicas e ultrapassando as explicações de diferenças raciais, já desacreditadas com o avanço dos conhecimentos genéticos, a cultura é a potencial reflexão das Ciências Sociais. Nesse sentido, Cuche (1999) afirma que a humanidade é fruto de uma adaptação cultural ao meio, em detrimento à adaptação genética natural, tendo, esse processo, se iniciado a mais de quinze milhões de anos atrás.

As práticas sociais podem, então, serem entendidas como ações culturais, bem como, sua estruturação na política, na economia, no poder e formas de resistência construídas a partir de significações. Tudo que faz parte do social é atravessado pela

cultura, que realiza a mediação de cada significado que faz parte da vida comum cotidiana (HALL, 2003).

Para Marshall Sahlins (1997a), sendo a cultura a representação simbólica da organização humana, ela não pode deixar de existir enquanto preocupação de estudo, não somente antropológico, mas, também, das demais ciências. Transcendendo o conceito de requinte intelectual e do progressismo que a associava a concepção de civilização, a cultura deve agora, transcender a associação negativa histórica que à atrela ao racismo, imperialismo e capitalismo.

Apesar da cultura estar ligada a simbologia que dá significado às ações do ser humano, seu conceito é expresso, também, em referência às ideais de dominação, quando utilizado para indicar a superioridade de certas sociedades ou grupos que “possuem cultura” e outros que não possuem (MINTZ, 2009). Diante disso, compreendendo a importância da elucidação do termo para as Ciências Sociais, é que o artigo pretende responder o seguinte questionamento: de que forma a cultura influencia para a organização das sociedades e como pode explicar suas diferenças?

A reflexão do conceito e aplicação da cultura é capaz de contribuir com a elucidação de sua indevida apropriação para explicitar dominação de um povo sobre outro, anulando as tradições, saberes e formas de organização social de sociedades em minoria. Dessa forma, o tema se torna relevante para intensificar a discussão sobre cultura, tendo como aporte teórico a concepção de Denys Cuche (1975/1999) e Marshall Sahlins (1997a/b) contribuindo para a formação de conhecimentos acerca do objeto de estudo aplicado às Ciências Sociais.

O objetivo geral do trabalho é discutir a concepção de cultura em Denys Cuche e Marshall Sahlins, refletindo a necessária reconstituição da noção de cultura para pensar a diversidade humana. A escolha desses teóricos da Antropologia, deu-se pelo fato de que ambos desenvolveram o conceito de cultura entendendo-a que esta se apropria do tempo à sua maneira, e advertem que antropólogo deve sempre levar isso em consideração. Sahlins demonstra que a percepção do tempo e a forma de pensar a história também são condicionados culturalmente, e variam bastante.

Os objetivos específicos são: Compreender a concepção de cultura e suas especificações ao longo da história; descrever a ideologia impressa na cultura e o

sentido de sua renovação e refletir sobre a cultura na formação da identidade e seus usos sociais.

A pesquisa teve aporte teórico do antropólogo e sociólogo francês, Denys Cuche (1975/1999) e Marshall Sahlins (1997a/b), em paralelo a discussões promovidas por autores como Marilena Chauí (1982), Sidnei Wilfred Mintz (2009) e Stuart Hall (1997). A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica com abordagem qualitativa. O artigo está estruturado em três tópicos, sendo no primeiro tópico apresentada a concepção de cultura no tempo diante das diversas especificações a ela empregadas; no segundo tópico foi realizada a descrição da cultura como ideologia para normatização de domínios entre povos e a necessária renovação de sua concepção; e no terceiro tópico foi promovida a reflexão sobre a influência da cultura para a formação identitária e suas diferenças aplicações na esfera social.

1 A concepção de Cultura na História

A cultura é o que permite ao ser humano que atue em intervenção ao meio em que vive. A carga genética da humanidade, não faz as sociedades naturalmente diferentes, mas sim, a cultura é que confere um caráter original a cada sociedade, porém, tal originalidade é susceptível a submissão de princípios aceitos universalmente que podem ser transformados e modelados conforme os interesses de cada período histórico (CUCHE, 1999).

Cuche (1999) esclarece que nem mesmo a forma a qual a humanidade satisfaz suas necessidades fisiológicas é cultural, pois cada sociedade responde de forma particular de acordo com a cultura disseminada. Cuche (1999) atenta que é muito difícil traçar a trajetória histórica do conceito de cultura, porém, é possível retomar o caminho evolutivo de sua genealogia e gênese social, objetivando compreender a sua aplicação nas ciências sociais.

A palavra cultura, do latim *colere* era, primeiramente, aplicada ao sentido de cuidar, proteger, principalmente ao se referir aos plantios e animais. Chauí (2008) explica que no século XIII, a palavra cultura estava ligada a referência de cuidados, principalmente com a terra para que ela pudesse frutificar, brotar, enfim, cobrir-se de benefícios.

A noção de cultura faz parte de diversos debates desde o século XVIII composto por diversos sentidos e aplicações da cultura diante das diferentes realidades humanas. A origem dos debates sobre cultura se deu a partir da evolução semântica da palavra cultura. Na França do século XVIII, houve a disseminação do uso da palavra cultura associada a complementos, como cultura das artes, significando a instrução aplicada a cultura que passou, posteriormente a significar um estado de instrução indicando a evolução das ciências, o uso da razão, caracterizada pela ideia iluminista (GODOY; SANTOS, 2014).

É interessante notar que o cerne inicial dos debates acerca da cultura se deu no Ocidente, porém, ressalta-se que mesmo as sociedades de tradição oral não possuindo uma aceção acerca dessa terminologia, também são possuidores de cultura, mesmo que não tenham tido interesse em delinear as características de tal para que fosse disseminada na literatura (CUCHE, 1999).

Na perspectiva do Iluminismo a palavra cultura se opõe a natureza humana e se aproxima ao conceito de civilização, diferenciando-se na aplicação, pois cultura é condizente aos progressos individuais e civilização aos progressos coletivos (CUCHE, 1999). Acerca dessa concepção, Pinto (2007) ressalta que a cultura é vista como um processo de sociabilização realizado por meio da aquisição de certos conhecimentos e informações relevantes para a sociedade a qual o indivíduo está inserido.

Na Alemanha do século XVIII, a palavra cultura foi utilizada pelos intelectuais para se opor aos costumes da aristocracia, os valores artísticos e literários, seriam verdadeiros, portanto, denominados de cultura. Para os costumes da aristocracia intitulava-se como “civilização”. A cultura, assim, passou a se distanciar no conceito de civilização, para então criar uma oposição entre os conceitos. A nação alemã buscou sua autoafirmação identitária na cultura, pois perante aos países vizinhos sentia-se inferiorizada (CUCHE, 1999).

Sahlins (1997a) afirma que a instrumentalização da cultura por meio de discriminações se faz para legitimar políticas por meio de uma pseudo-história. A alteridade produzida sistematicamente no sistema capitalista pode ser interpretada no preconceito como cultura e a raça. Sahlins (1997a, p. 45) acredita que a cultura é criada e recriada a partir das crises do capitalismo que geram as diferenças culturais como a produção do outro, exercendo função comparativa e racista: “a “cultura” seria

fruto do colonialismo, concebida com a finalidade igualmente condenável de diferenciação e dominação”.

Sahlins (1997a) explica que para autores como Nicholas Dirks (1950-) a cultura tem função regulatória, em que os povos dominantes conhecem a cultura dos povos para dominá-los, sendo o encontro entre povos colonizadores e nativos e a intenção de domínio os promotores do conceito de cultura.

Chauí (2008) elucida que sendo um conceito construído social e historicamente, a cultura passa por diversas transformações de concepção na mesma sociedade, e pode adquirir diversas vertentes para atender todas as aspirações dos grupos sociais que buscam sua afirmação. Cuche (1999) elucida que, ainda, no século XVIII, Johann Gottfried von Herder (1744-1803) impôs para a cultura, aspecto de humanidade que conduz a um destino para cada nação, distintos por suas particularidades.

Herder (1995), então, afirmava que cada nação tinha sua própria cultura que eram distintas entre si, mesmo que estas compartilhassem a civilização. O indivíduo, nascendo de uma raça, carrega a cultura que lhe é própria, sendo esta um fator de sua genética. Partindo dessa premissa, a Alemanha, não somente assumiu sua cultura como, também a sua suposta superioridade.

No século XIX, a Alemanha apresentou uma remodelação no conceito de cultura, que passou a legitimar a afirmação de dominação pelo discurso ideológico da superioridade e a mística da construção de simbologias que serviam de referência para a construção e consolidação identitária. Já na França, o sentido do conceito de cultura passou a ser concebido a partir da coletividade.

A etnologia, no século XX adentra os estudos da concepção científica da cultura, porém, sem conseguir reduzir as ambiguidades que o termo implica. Edward Burnett Taylor (1832-1917), representante das definições da etnologia, afirma que a cultura de modo descritivo, objetivo como a totalidade da vida social, propondo a análise da cultura em todos os tipos de sociedade diante de variados aspectos, fato que o tornou o fundador da antropologia britânica (CUCHE, 1999).

Franz Boas (1848-1942), responsável pela consolidação do método etnográfico, defendeu ainda no século XIX, que a cultura era responsável pela diversidade humana e não relacionada a aspectos biológicos, elucidando uma compreensão de cultura que englobasse a espécie humana (MINTZ, 2009).

Boas entendia que a principal incumbência do antropólogo era através da etnografia registrar prudentemente as informações particulares sobre o maior número de sociedades consideradas “primitivas”, antes que houvesse seu desaparecimento (MINTZ, 2009). Além disso, foi Boas que introduziu o paradigma do relativismo cultural, combatendo dessa forma a classificação hierarquizante das culturas com base nas suas diferenças culturais, rompendo com a visão evolucionista e etnocêntrica pregada pela Antropologia até então.

Diferentemente do que pregava Boas, Marshall Sahlins (1997a) entende que sendo a cultura a representação simbólica da organização humana, ela não pode deixar de existir enquanto preocupação de estudo, não somente antropológico, mas, também, das demais ciências. Sahlins (1997a, p. 41) explica não há possibilidades para que haja preocupação quanto ao desaparecimento da cultura, que é, ainda, “[...] o objeto principal da Antropologia”.

Para Sahlins (1997a), a cultura é compreendida como algo simbólico, determinando formas específicas da vida social humana e agindo na organização simbólica particular de cada sociedade. Para o autor, a diferença entre os seres humanos e os animais é a capacidade que o primeiro tem em produzir cultura, ou seja, orientar o mundo simbolicamente. Assim como Sahlins (1997), Clifford Geertz (1978), se preocupa em ponderar a questão simbólica que vem da cultura, conforme descreve em seu texto sobre as rinhas de galo praticadas pelo povo balinês, onde percebeu a importância que os nativos davam ao evento da briga de galos, uma vez que essas rinhas sustentavam meios simbólicos, pois “ali se confrontam os homens, e não os galos” (GEERTZ, 1978, p. 207).

Para Geertz (1978) a cultura é estruturada na simbologia, a qual permite que os seres humanos possam significar e personificar suas ações. A partir de uma visão semiótica da cultura, o autor dá novos significados ao conceito de cultura, esta que tem o poder de diversificar a sociedade e influenciar o comportamento humano e a organização das sociedades. O comportamento humano, é assim, a materialização dos símbolos que são construídos historicamente.

Cultura seriam ideias? Seriam padrões? Seriam atos? Seriam as consequências, incluindo os objetos materiais, desses atos? Seria tudo isso, uma relação entre alguns, ou todos eles, ou uma coisa inteiramente diversa? Por incrível que pareça, nós não temos a menor ideia ou, melhor dizendo,

temos centenas delas. Isso talvez se deva a um desejo por parte de quase todos os antropólogos de dizer alguma coisa totalmente original sobre cultura. Não sei bem com o que comparar esta aspiração tão amplamente partilhada, mas entre os mais considerados mestres da minha área, ao menos nos EUA, quase todos escreveram alguma coisa sobre essa questão, embora nenhum deles tenha chegado a um consenso (MINTZ, 2009, p. 227).

Nessa perspectiva, no ano de 1906 o termo etnocentrismo foi expresso pelo sociólogo William Graham Sumner para definir a visão centrada e medida pelas atitudes de determinado grupo desprezando os costumes alheios e tratando com desdém tudo que não segue seus próprios padrões culturais. Émile Durkheim (1858-1917), fundador da sociologia francesa, defende a relativização da normatização da cultura, afirmando que cada sociedade tem suas particularidades e ritmos de desenvolvimento, determinado pela consciência coletiva (CUCHE, 1999).

Ainda nisso, Clifford Geertz (1999) utilizando argumentos de Claude Lévi-Strauss, concebe o etnocentrismo como uma ferramenta normal de manutenção das diferenças sociais, naturalizando as diferenças entre “nós” e “eles”. Geertz considera que esse pensamento tem dominado os estudos sobre a diversidade cultural, visto que cada pessoa está ligada a sua própria tradição e só pode observar o outro – e a si próprio – a partir dessa perspectiva (GEERTZ, 1999).

Num contexto de reconhecimento da diferença e da diversidade cultural, Geertz (1999) sugere que sem “obscurecer as dessemelhanças e as assimetrias”, é necessário pensar as diferenças de um modo peculiar, no qual as diversas culturas possam ser compreendidas como componentes integrantes de um grande mosaico de diferenças justapostas (GEERTZ, 1999, p. 23). Em sua análise, admite que os antropólogos precisam levar em consideração o fato de haver diferenças entre os povos, sendo estas tênues ou não. “Temos é de conhecer um ao outro, e viver com este conhecimento, ou acabar como náufragos num mundo beckettiano de solilóquios em colisão” (GEERTZ, 1999, p. 30).

Além disso, enquanto Boas defendia a etnografia enquanto conduta metodológica para o trabalho do antropólogo, Geertz (1999) julgava-a como a “grande inimiga do etnocentrismo” (p. 24), uma vez que acaba por inserir alguns de “nós” no meio de alguns “eles”, e alguns “eles” no meio de “nós” (p. 30-31).

Geertz (1999) alerta que o etnocentrismo não pode ser definido como sendo positivo ou negativo, mas que, apesar dos avanços proporcionados pela globalização e

atuação dos movimentos humanitários, os graves problemas de intolerância, discriminação, preconceito e demais formas de agressão às diferenças têm sido a tônica e um empecilho para a prática da alteridade, ou relativismo cultural. Para que o relativismo cultural aconteça, é necessário “o fortalecimento do poder de nossas imaginações para entender o que está na nossa frente, que se encontram os usos da diversidade, e do estudo da diversidade” (GEERTZ, 1999, p.33).

Preconizando o conceito de mentalidades, explorado pela Escola de Annales, Levy Bruhl afirmou que havia uma estrutura psíquica profunda que permitia que a humanidade se comunicasse, apesar de sua diversidade, sendo o modo de agir diverso pela forma da mentalidade, o modo de exercício do pensamento (CUCHE, 1999).

Como herança de Boas, Alfred Louis Kroeber (1876-1960) sistematizou instrumentos empíricos para o estudo da difusão da cultura, contribuindo para a compreensão da aculturação e trocas culturais:

Kroeber, por insistir em propriedades da cultura “extrassomáticas”, transmitidas socialmente, portanto coletivas e cumulativas, foi acusado de postular alguma forma de influência externa impalpável, mas poderosa, à qual os humanos estariam sujeitos inconsciente e inapelavelmente. Entretanto, parece claro para mim que Kroeber estava na verdade dizendo algo mais simples. Se os seres humanos são por natureza sociais e também extremamente dependentes na infância e na menoridade; se uma grande massa de aprendizado social é necessária para torná-lo “cultivado” em sua própria sociedade (para o qual Melville Herskovits criou o termo agora amplamente empregado “enculturação”); se, resumindo, ser humano significa a necessidade de absorver um volume suficiente de formas culturais da sua própria sociedade, para ser considerado humano em termos específicos da cultura; então eu acredito que as asserções de Kroeber são tanto “não excepcionais” quanto “não excepcionáveis”. A analogia mais fácil e mais convincente é provavelmente a linguagem (MINTZ, 2009, p. 230).

Para Geertz (1978) a cultura é estruturada na simbologia, a qual permite que os seres humanos possam significar suas ações. A partir de uma visão semiótica da cultura, o autor dá novos significados ao conceito de cultura, esta que tem o poder de diversificar a sociedade e influenciar o comportamento humano e a organização das sociedades. O comportamento humano, é assim, a materialização dos símbolos que são construídos historicamente.

A partir das teorias formuladas por antropólogos, sociólogos, historiadores e cientistas sociais, de modo geral, ficou compreendido por teóricos da contemporaneidade que a cultura deveria ser estudada junto aos aspectos sociais,

para que seja possível compreender a dialética contida na superestrutura e infraestrutura explicando as reações em cadeia, típicas do processo de aculturação.

As culturas tradicionais são aquelas que carregam valores transmitidos por Instituições, como o governo, a família e a escola. Tais valores serão (re) passados pelas gerações, de forma que, não há processo de aculturação, mas sim a modificação da cultura pelo contato com as premissas da modernidade. Nesse sentido, Sahlins (1997) critica o uso do termo aculturação, pois afirma que não há desaparecimento de culturas, mas sim transformações a partir da reconstrução dos valores humanos.

Quando se fala em aculturação, entende-se o abandono de sua cultura para o recebimento de outra, o que Sahlins (1997) nega, defendendo que não se tem como colocar/introduzir sua cultura sobre o outro, pois o receptor a interpretará de uma outra maneira, diferente daquela que a recebeu. Para Mintz (2009, p. 234):

[...] cultura é um produto histórico, e historicamente mais bem entendido; que “cultura” e “sociedade”, embora separáveis conceitualmente e úteis quando utilizadas assim, não são nem perfeitamente coerentes em si mesmas, nem necessariamente congruentes entre si; e que atores em um sistema singular podem empregar formas culturais variáveis, mas igualmente aceitáveis no curso de sua manobra social.

Nota-se que a cultura é transmitida de maneira geracional, porém, atua como um produto de construção histórica, sempre se renovando e se reconstruindo, a partir da interação dos indivíduos com o meio e as relações sociais, as quais são desiguais.

2 Ideologia na cultura e sua renovação

Sendo estudada e conceituada por diversas áreas de saberes, a cultura se apresenta como o campo de maior polissemia dentre os conhecimentos da humanidade (FURTADO, 2020). A cultura é resultado da interação humana e pode se desenvolver por meio de tensões, de conflitos:

Na medida em que a cultura real só existe se produzida por indivíduos ou grupos que ocupam posições desiguais no campo social, econômico e político, as culturas dos diferentes grupos se encontram em maior ou menor posição de força (ou de fraqueza) em relação às outras. Mas mesmo o mais fraco não se encontra jamais totalmente desarmado no jogo cultural (CUCHE, 1999, p. 144).

Nota-se, assim, a existência de hierarquias culturais, o que não significa que os grupos são equivalentes em sua cultura. Chauí (2008) argumenta “[...] graças às análises e críticas da ideologia, sabemos que o lugar da cultura dominante é bastante claro: é o lugar a partir do qual se legitima o exercício da exploração econômica, da dominação política e da exclusão social”.

Cuche (1999) afirma que a cultura dominada não é totalmente dependente, porém, não pode desconsiderar a cultura que lhe é dominante. A exemplo, Cuche (1975) elucida que os colonizadores que escravizaram os negros africano na América, se empenharam em anular as manifestações culturais dos negros sob o pretexto civilizador, de forma que se eles quisessem serem reconhecidos pelos brancos como pessoas deveriam se identificar e adotar a cultura de seus senhores. A integração à cultura dominante era um meio de esquecer de sua condição de oprimido (CUCHE, 1975). Tem-se, assim, a divisão da cultura entre a dominante e a popular:

A relação entre a cultura erudita (ou da elite intelectual) e a cultura popular passa tanto pelas formas quanto pelos conteúdos dos sistemas de representações. Por isso o cruzamento entre ambos os domínios não pode ser entendido como uma relação de exterioridade envolvendo dois conjuntos estabelecidos aprioristicamente e sobrepostos (um letrado, o outro iletrado). Pelo contrário, esse cruzamento – ou zonas de fronteiras – entre o chamado “erudito” e o “popular” produz encontros e reencontros, espécie de fusões culturais (DOMINGUES, 2011, p. 404).

É no sentido de ressignificar a cultura como palco de tensões, disputas entre interesses antagônicos, que o conceito de cultura popular deve ser desconstruído, para alavancar a cultura com produção popular, alavancando questionamentos críticos que se opõe e confrontam a cultura dominante:

[...] Há uma luta contínua e necessariamente irregular e desigual, por parte da cultura dominante, no sentido de desorganizar e reorganizar constantemente a cultura popular; para cercá-la e confiar suas definições e formas dentro de uma gama mais abrangente de formas dominantes. Há pontos de resistência e também momentos de superação. Esta é a dialética da luta cultural. Na atualidade, essa luta é contínua e ocorre nas linhas complexas da resistência e da aceitação, da recusa e da capitulação, que transformam o campo da cultura em uma espécie de campo de batalha permanente, onde não se obtém vitórias definitivas, mas onde há sempre posições estratégicas a serem conquistadas e perdidas (HALL, 2003, p.254).

Nota-se que há interações, encontros e desencontros entre a cultura dominante e a cultura dominada, de modo que não se pode mais determinar como cultura popular e cultura erudita, pois a cultura pode, também, ser criada a partir das classes mais baixas da sociedade, interagindo com todas as classes da sociedade, transmitindo costumes, simbologia, interagindo e negociando com a elite. A cultura não representa muito se descontextualizada de situações histórico-sociais:

Por essa premissa, cultura deve ser pensada como um campo de disputas, confrontos, dissensões e contradições – inclusive no terreno popular. Conceito vazio se utilizado como generalização universal, ele só vai ter algum significado quando inserido num contexto histórico específico (DOMINGUES, 2011, p. 411).

Diante disso, Cuche (1999, p. 157) explica que foi criado o termo cultura de massa, sendo que massa pode ser conceituado como conjunto populacional ou o componente popular. Nesse interim, autores como Morin enfatizaram que a essa cultura se estrutura uma produção como a industrial de massa que é capaz de influenciar e alienar a população e normatizar culturas dominantes pela comunicação midiática: “[...] é o esquecimento da dominação e não a resistência à dominação que torna possíveis as atividades culturais autônomas para as classes populares”. Nesse sentido, Mintz (2009, p. 235) expressa:

Esses indivíduos agem diferentemente porque seus interesses são diferentes, porque eles estão postados em cantos diferentes do sistema social, porque suas influências entre si não são nem estáticas nem simétricas. Quando tais indivíduos parecem compor grupos, grupos estes que agem diferentemente em terrenos semelhantes, não é porque necessariamente as “culturas” desses grupos são qualitativamente diferentes, mas porque as alternativas culturais, percebidas por eles como mais apropriadas no momento, emergem em contextos sociais específicos. Não se trata simplesmente de uma questão de diferenças de classe em cultura, ou “subcultura” ou “cultura de classe” – “pacotinhos” arrumados de material cultural anexados a “grupinhos” organizados. As classes não podem ser meticulosamente dispostas de uma forma tão simples, cada uma possuindo seus padrões normativos distintivos.

Do mesmo modo da cultura de massa houve o surgimento da cultura de classe, disseminada, principalmente pelas mudanças culturais proporcionadas pelo protestantismo. A cultura da classe média burguesa encontra a finalidade do trabalho em si mesmo que lhe proporciona para viver com liberdade e responsabilidade. Cuche (1999) revela que para o modo de vida da sociedade pós-moderna, o trabalho passou

a ser o centro de investimento da humanidade, isto é, são as ações produtivas que ocupam a maior parte do tempo e de energia objetivando o acúmulo do capital, de forma que o indivíduo deve estar sempre buscando novas formas de obter lucros por meio de investimentos ao invés de usufruir de seus bens de modo improdutivo: “[...] As novas virtudes seculares reconhecidas são o sentido de poupança, de abstinência, de esforço, que são o fundamento da disciplina das sociedades industriais” (CUCHE, 1999, p. 164).

Remodela-se a concepção de organização e lógica da atividade produtiva, o que impacta nas relações dos indivíduos e entre sociedades. Max Weber (1864-1920) associa o espírito econômico do capitalismo ao puritanismo do protestantismo, em que o indivíduo deve atuar para o máximo proveito de sua potencialidade empresarial, com o exclusivo propósito de servir a Deus (MINTZ, 2009).

Cuche (1997) esclarece, ainda, que segundo os estudos de Pierre Bourdieu (1930-2002) a cultura é indissociável da dominação pela simbologia e representa a luta entre sujeitos e interesses opostos apresentados pela ocupação de distintas posições sociais. A cultura, então é tratada pelo *habitus*, sendo estes definidos como “estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes” (BORDIEU, 1980, p. 88 *apud* CUCHE, 1997, p. 171). O *habitus* caracteriza um grupo perante a outro com suas diferenças inscritas em um mesmo espaço, sem, no entanto, compartilharem as mesmas condições sociais.

É pelo *habitus* que o grupo preserva as particularidades do grupo e suas semelhanças, sem que necessitem entrar em acordo para isso: “[...] O *habitus* é então o que permite aos indivíduos se orientarem em seu espaço social e adotarem práticas que estão de acordo com sua vinculação social” (CUCHE, 1997, p. 172). Ressalta-se, porém, que o *habitus* é passível de modificações em contraposição a uma estrutura mecânica e inflexível, pois as trajetórias de mobilidade social vivenciada pelo grupo geram as variações no *habitus*.

3 A cultura e a identidade

Muito se tem sido associada a noção de cultura como predizer para a construção de identidade, ao que Cuche (1999) associa a necessidade de serem construídas ou

identificadas identidades para todos e cultura em tudo, sendo comumente generalizada a crise cultural com a crise identitária.

Furtado (2020) relata que são intensos os debates sobre o que vem a ser a cultura brasileira, utilizando de comparativos com outras culturas associadas a percepção da identidade nacional, em constante construção e reatualização diante das transformações que ocorrem na sociedade.

Porém, como explica Vaz (1966) a cultura é inerente a presença do ser humano no mundo, sendo apresentada por aspectos subjetivos e objetivos, em que o homem, como ser histórico, transforma o meio em que vive, criando a cultura. A cultura, é, então, humanizante e expressa a compreensão do homem por si, de acordo com o grau de seu autoconhecimento individual e social.

Cuche (1999) tratando da identidade social, afirma que a psicologia relaciona a articulação do individual e do social para que seja construído o aspecto identitário que vinculados em um sistema social é capaz de criar a identidade cultural:

A identidade social é ao mesmo tempo inclusão e exclusão: ela identifica o grupo (são membros do grupo os que são idênticos sob um certo ponto de vista) e o distingue dos outros grupos (cujos membros são diferentes dos primeiros sob o mesmo ponto de vista). Nesta perspectiva a identidade cultural aparece como uma modalidade de categorização da distinção nós/eles, baseada na diferença cultural (CUCHE, 1999, p. 177).

Nota-se que há uma linha estreita entre a cultura e a identidade cultural. Há de se considerar que existem algumas concepções da formação da identidade relacionada a cultura, como a visão de que a cultura é a segunda natureza do indivíduo, então, a sua identidade estará sempre atrelada à cultura da sociedade em que nasceu.

Entretanto, para a abordagem culturalista a identidade é vista como consubstancial a uma cultura particular, que depende da socialização do indivíduo com o seu grupo cultural. Já para as teorias primordialistas é a identidade étnico-cultural a prevalecente, pois, sendo a primeira estabelecida na vida do indivíduo é a mais forte. Esse fato seria decorrente de que a identidade cultural é transmitida primeiramente sem interferência de outros grupos, ocorrendo a identificação desde o começo, de modo automático (HALL, 2003).

Moreno (2000) explica que Hall discute as crises de identidade cultural na modernidade fornecendo instrumentos para a compreensão dessa realidade:

[...] é simpático à posição que as identidades estão sendo descentradas, apesar de ser um processo complexo, ainda pouco compreendido e difícil de ser posto à prova. Porém ele desenvolve sua reflexão considerando a fragmentação nas sociedades modernas, apresentando de forma simples as três concepções de sujeito presentes na modernidade; as mudanças na modernidade tardia; e o “jogo de identidades” neste contexto (MORENO, 2000, p. 145).

Compreende-se que no atual contexto pós-moderno há um deslocamento no conceito de identidade, já não sendo possível pensar em identidade fixa, mas sim em constante movimento, pois está integrada a dinâmica de rompimentos e reestruturações do cotidiano contemporâneo. Cuche (1999) explica que a relação da identidade feita por aspectos objetivos considera os atributos que os indivíduos têm em comum, como a língua, o território em que habitam, a religião, entre outros aspectos que constituem critérios para a conceituação da criação de um grupo etnocultural com experiência identitária autêntica.

Em contrapartida, os defensores da identidade formada por aspectos subjetivos afirmam que a identidade não pode ser reduzida por seus aspectos objetivos, pois a identidade etnocultural é apenas a vinculação a uma coletividade imaginária, sendo importante as representações que são feitas da realidade vivida.

Cuche (1999, p. 182) atenta, nesse momento, que a identidade partindo da subjetividade a reduz a uma livre escolha, devendo ser considerada a relativa estabilidade da identidade, sem desconsiderar que ela pode ser variável. Para que não haja impasses, a visão relacional, considera a identidade uma construção social real, isto é, apesar de subjetiva não está no campo imaginário: “A identidade é uma construção que se elabora em uma relação que opõe um grupo aos outros grupos com os quais está em contato”.

Os Estados para que se afirmem em suas características e ideias, assumem uma identidade que se sobrepõe às outras inseridas dentro de seu território, configurada pelo nacionalismo que leva a atribuição de “purificação” da nação, o que recai sobre a perda da liberdade individual para a composição identitária. Porém, a centralização e burocratização do poder Estatal estimulou a maior reivindicação por identidade por parte das minorias, que necessitam se reapropriar de sua identidade

por suas próprias concepções e não alinhada aos objetivos dominantes (CUCHE, 1999).

Lisboa Filho e Silva (2018) elucidam que a apropriação cultural pelas elites dominantes gerou um sentimento de anulação e silenciamento a diversas minorias que deveriam se adaptar a padrões de identidade impostos hegemonicamente:

Historicamente os processos de colonização ocidentais etnocêntricas apoiados por ideologias dominantes e de extermínio étnico, constituíram abismos profundos a partir de visões de mundo daqueles que dominavam sobre aqueles que eram dominados. Dessa forma, a diversidade cultural era negada e silenciada por meio das formas mais variadas e cruéis de poder e da produção do conhecimento, alicerçadas num racionalismo positivista, discriminatório e segregador. A diferença era vista como atraso e deveria ser aniquilada ou domesticada (LISBOA FILHO; SILVA, 2018, p. 10).

Inicia-se a reapropriação da identidade se livrando de estigmas que foram impostos e na autonomia da construção identitária. A união coletiva se fortalece quando há sentimentos de injustiças, porém, há o risco de que os membros do grupo podem construir uma identidade exclusiva apagando as diversas outras identidades possíveis, aniquilando a sua individualidade em troca da coletividade:

As antigas vítimas do colonialismo e do imperialismo descobriram sua “cultura”. Por muito e muito tempo os seres humanos falaram cultura sem falar em cultura — não era preciso sabê-lo, pois bastava vivê-la. E eis que de repente a cultura se tornou um valor objetivado, e também o objeto de uma guerra de vida ou morte (SAHLINS, 1997b, p. 43).

A identidade que atua em multidimensões geralmente é bem aceita, porém, duas identidades podem estar em tensões ou carregarem valores que entram em conflito. A delimitação e limitação da identidade é complexa, pois se faz em caráter dinâmico e multidimensional, sendo possível de variações, flexibilizações e manipulações (CUCHE, 2008).

Para Sahlins (1997b) a cultura é responsável pela indignação, não cabendo a ela a atribuição de transformar os indivíduos em modernos. Devido a isso, tem-se a inserção do tradicional em uma economia global. O contexto que Marshall Sahlins tece sua teoria é conturbado, pois se tratava de um período onde muitos defendiam que a cultura estava desaparecendo. Segundo Shalins (1997a), “a cultura não pode ser recusada e não tem a menor possibilidade de desaparecer enquanto objeto

principal da Antropologia” (p. 41). Dessa forma, nunca se teve algo tão rico e importante para a Antropologia, ela não vai desaparecer, vai estudar as transformações culturais, as novas configurações das culturas e construir técnicas capazes de apreendê-las (SAHLINS, 1997b).

Sahlins (1997a) elucida que a História Cultural se mostra em movimento dialético do global ao local, impondo novos olhares para a Antropologia e para as Ciências Sociais, de forma que os sistemas limitados e previsíveis foram substituídos a partir da reorganização da cultura, fenômeno que ocorreu em todas as partes do globo, pelas reivindicações dos diversos povos pela evidência de suas culturas. Há, assim, uma intensa variedade de relações e processos culturais, ainda a serem explorados.

Considerações finais

O artigo revisou a construção da concepção de cultura ao longo da história, compreendendo que os debates sobre o significado e emprego social da cultura teve início com o aprimoramento da semântica no século XVIII. Os primeiros estudos atribuídos ao tema, o conferiram conceituação iluminista referindo-se, em primeiro lugar a um atributo individual sempre usada em composto, como a “cultura das artes”, “cultura da literatura”, adquirindo um caráter amplo de sociedades com cultura ou sem cultura aproximando-se do conceito de civilização.

Na Alemanha, houve o distanciamento do conceito de cultura ao de civilização e a aproximação do conceito de cultura com raça e superioridade. Pelas elucidações de Cuche, nota-se que a Alemanha, naquele momento, realizava a apropriação do conceito de cultura para se autoafirmar diante da falta de confiança na relação com seus países vizinhos. Com os estudos da etnografia, notou-se que a genética e questões étnicas não tinham relação com as diferenças expressas pela humanidade, mas sim, a construção cultural.

Todas as sociedades têm cultura, porém, há o domínio da cultura predominante sobre as culturas de minoria. Os debates da antropologia, etnografia, sociologia e demais ciências sociais, conduziram a noção de cultura para diversas esferas e ramificações de compreensão, sendo expresso que a cultura é algo referente ao

Homem, sendo construída a partir da sua relação com o meio, dotada de aspectos objetivos e subjetivos.

A cultura pode, também, sofrer manipulação por meio da ideologia. No campo da construção e afirmação dos Estados nacionais, as ideologias são capazes de anular diversas culturas para afirmar uma dominante, porém, mesmo que os indivíduos vivam sob o viés das premissas de alienação, não deixam de ter sua própria cultura. As construções de cultura vinculadas a certos grupos sociais e divulgadas pela mídia, também, são atribuídas a manipulação, pois divulga ideais pensados para grupos para que haja a identificação, ao que Cucho ressalta ser inviável de homogeneização, pois a cultura nasce das interações do Homem e suas contradições, podendo ser construída, também, de baixo para cima.

A cultura produzida pela mídia não considera a dialética envolvida na construção cultural, tentando adaptar cada grupo a um tipo de cultura, porém no limite das culturas entre dominados e dominantes há encontros e reencontros, ressignificando valores e promovendo a fusão cultural.

A identidade por aspectos culturais, também, é alvo de intensos debates, relacionados aos aspectos objetivos que consideram a natural identificação com o seu meio etno-cultural e aspectos subjetivos, revelando que a cultura é variável e construída a partir da identificação do indivíduo com a sociedade em que vive. Cucho, no entanto, revela que a identidade é a construção de um grupo em oposição a outro grupo, de forma que deve ser considerado os aspectos objetivos e subjetivos para a sua compreensão.

Ademais, a globalização e o capitalismo expõem outras formas culturais, o que evidencia que a cultura nunca irá entrar em extinção ou desaparecer, mas sim manter o seu movimento dinâmico transformador: “[...] agora é só explorar toda essa imensa variedade de processos e relações interessantes” (SAHLINS, 1997b, p. 137). Na contemporaneidade há a necessidade, pela luta dos movimentos étnicos, de tornar as diferenças culturais entre os povos politicamente notáveis. Sendo aspecto da expansão global propiciada pelo sistema capitalista (SAHLINS, 1997a).

Diante das transformações políticas, sociais e culturais da sociedade contemporânea, as minorias culturais reivindicam a reapropriação de sua identidade construídas a partir, não da imposição cultural dominante, mas sim de sua própria

construção e sentidos. Cucho revela a multidimensão e complexidade da noção de cultura e identidade auxiliando na elucidação de sua construção e debate para os estudos das ciências sociais.

Bibliografia

CHAUI, Marilena. Cultura e democracia. In: Crítica y emancipación. *Revista latinoamericana de Ciencias Sociales*. Año 1, no. 1, (jun. 2008-). Buenos Aires: CLACSO, 2008.

CUCHE, Denys. *Poder blanco y resistencia negra en el Perú: Un estudio de la condición social del negro en el Perú después de la abolición de la esclavitud*. Lima: Instituto Nacional de Cultura, 1975.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 1999.

DOMINGUES, Petrônio. *Cultura popular: as construções de um conceito na produção historiográfica*. História (São Paulo) v.30, n.2, p. 401-419, ago./dez., 2011.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. WROBEL, Fanny (trad.). Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

FILHO, Flavi Ferreira Lisboa; SILVA, Thomas Josue (orgs.). *Cultura e identidade: subjetividades e minorias sociais*. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2018.

FURTADO, Jose Henrique de Lacerda. O termo cultura em perspectiva histórica: aspectos polissêmicos e sociais. *Revista Valore*, Volta Redonda, v. 5, 2020.

GODOY, Elenilton Vieira; SANTOS, Vinício de Macedo. Um olhar sobre a cultura. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v.30, n.03, p.15-41, jul./set., 2014.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HERDER, Johann Gottfried. *Ensaio sobre a origem da linguagem*. Lisboa: Antígona, 1995.

MINTZ, Sidney Wilfred. *Cultura: uma visão antropológica*. In: The Yale Review, XVII, n.4, 1982, p. 499-512. Tradução de 2009.

MORENO, Rosângela Carilo. Resenha – A identidade cultural na pós-modernidade. *Educação Temática Digital*, Campinas, v.5, n.2, p.145-149, jun., 2004.

PINTO, Suely Lima de Assis. A cultura e as diferentes concepções apreendidas nas determinações históricas. *Revista de Educação do Curso de Pedagogia do Campus Avançado de Jataí da Universidade Federal de Goiás*, v. 1, n.3, jan./jul., 2007.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte I). *MANA*, v.3, n.1, p.41-73, 1997a.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte II). *MANA*, v.3, n.1, p.41-73, 1997b.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. *Cultura e universidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1966

Recebido em: 29 de maio de 2022

Aceito em: 16 de agosto de 2022